



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS

Licitação Nº 04/2017

Processo Administrativo Nº 86013/2017

**1 – PREÂMBULO**

**1.1** - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala do Pregão, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada EMERJ, localizada na Rua Dom Manoel, 25 – sala 419 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, será realizada no dia 11 de outubro de 2017 a licitação nº 04/2017, às 14h, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do **tipo MENOR PREÇO**, visando à compra de SWITCHER DE PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEO EM HD, para atender à solicitação do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação - DETEC da EMERJ, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a EMERJ e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e também, de acordo com os princípios e normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e seu regulamento, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980 e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

**1.2** – Os documentos relativos às condições de participação, a proposta de preços e os documentos de habilitação serão colocados em 3 (três) envelopes fechados e distintos, com identificação externa do seu conteúdo e devem ser entregues no local, data e hora acima indicados. Os envelopes serão abertos na sessão pública, observado o devido procedimento legal.

**1.2.1**- Caso os envelopes sejam encaminhados pelos Correios, o procedimento descrito no item 1.4 também deverá ser obedecido.

**1.3.2** - Os documentos relativos ao subitem 5.1.1 deverão ser entregues no mesmo momento dos envelopes, porém fora dos mesmos.

**1.4** - Nos envelopes de Condições de Participação, de Proposta de Preços e de Habilitação deverão constar na parte externa os seguintes dizeres:

**1.4.1** - No envelope "A" contendo a documentação relativa às condições de participação:

PREGÃO Nº 04/2017

ENVELOPE "A" - "CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO"

RAZÃO SOCIAL

**1.4.1.1** – No envelope "A" deverão constar, conforme o caso, os documentos contidos nos itens: 4.2, 5.1 e 5.1.1.

**1.4.2** - No envelope "B" contendo a Proposta de Preços:

PREGÃO Nº 04/2017



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**ENVELOPE “B” - “PROPOSTA DE PREÇOS”**

**RAZÃO SOCIAL**

**1.4.3** - No envelope "C" contendo a documentação de habilitação:

**PREGÃO Nº 04/2017**

**ENVELOPE “C” - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

**RAZÃO SOCIAL**

**1.4.3.1** - No envelope “C” deverão constar, conforme o caso, os documentos contidos nos itens: 7.2.a, 7.2.b, 7.2.b.1, 7.2.b.2, 7.2.b.3, 7.2.c, 7.2.d, 7.3, 7.4 e 7.6, observado o disposto nos itens 7.1.2 e 7.8.

**1.5** - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de único de declaração;
- IV - modelo de carta de credenciamento;
- V - minuta de termo de contrato.

**2 - DO OBJETO**

**2.1** - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de SWITCHER DE PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEO EM HD, PAINEL DE CONTROLE PARA SWITCHER e MONITOR DE VÍDEO – LED IPS, para atender ao DETEC, conforme especificado no termo de referência (anexo I), conforme os lotes abaixo:

Lote 1: 1 (um) Switcher de Produção e Transmissão de Vídeo em HD e 1 (um) Painel de Controle para Switcher;

Lote 2: 2 (dois) Monitores de Vídeo – LED IPS.

**2.1.1** - Deverá ser cotado a totalidade de cada lote.

**2.1.2** - O Licitante poderá adotar como referência para a sua oferta os equipamentos atualmente utilizados pela EMERJ:

**2.1.2.1** - Lote 1:

**Item 1 - Switcher: Newteck Tricaster 40 V2**

**Item 2 - Painel de Controle para Switcher: Newteck Tricaster 40 V2**

**2.1.2.2** - Lote 2:

**Item 1 - Monitor: 22MP58VQ Lg**



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

### **3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1** - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 4490.52, Programa de Trabalho nº 0362.02.061.0142.2296, do orçamento da EMERJ.

### **4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, devendo apresentar as declarações adiante especificadas.

**4.1.1** - O microempreendedor individual e as sociedades cooperativas de consumo equivalem-se a microempresas e empresas de pequeno porte para fins do tratamento diferenciado disposto neste edital, nos termos do art. 18, parágrafos 3º e 4º, da Lei Complementar 123/2006 e do art. 34 da Lei 11.488/2007.

**4.1.2** - Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.2** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, bem como demais compromissos, conforme o modelo único disponibilizado (Anexo III) sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**4.3** - A declaração exigida por este Edital, a ser firmada pelo licitante, pode ser suprida, na abertura do certame, desde que por quem ostente os pertinentes poderes societários.

**4.4**– No caso de documentação enviada, por via postal, o Pregoeiro realizará contato telefônico com o licitante, concedendo o prazo de 30 minutos, para o encaminhamento da declaração faltante, através do correio eletrônico [emerj.secom@tjrj.jus.br](mailto:emerj.secom@tjrj.jus.br) ou do fax (21) 3133-1891 ou (21) 3133-2310.

**4.5** - Na hipótese de insucesso na tentativa de contato telefônico, inclusive por eventual problema operacional, relativo à Concessionária de Telefonia, o Pregoeiro declarará o licitante desclassificado.

**4.6** - O pregoeiro verificará se não há penalidade vigente impeditiva à participação no certame, mediante consulta ao Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Tribunal de Contas da União.

**4.6.1** - O impedimento para licitar ou contratar com o Tribunal se estende à empresa licitante cujo sócio majoritário estiver proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

### **5 – DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão pública por seu representante legal, mediante apresentação de carta de credenciamento (Anexo IV) e ainda:

**5.1.1** - Cédula de identidade - RG (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo que comprove



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/credenciamento, onde deverão constar poderes expressos para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

**5.1.1.1** - Documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo, conforme o caso:

**a)** Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**a.1)** No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

**a.2)** Em se tratando de sociedade empresária individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

**b)** Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da assembléia de eleição da diretoria em exercício; e

**b.1)** No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**c)** Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**d)** Em se tratando de microempreendedor individual, Certificado de Condição de Microempreendedor individual.

**5.2** – Cada procurador credenciado poderá representar um único licitante.

## **6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta de preço que o licitante preencherá e inserirá no ENVELOPE “B”, fechado, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.5.

**6.1.1** – O envelope proposta deverá conter o seguinte documento:

**a)** formulário de proposta preenchido conforme subitem 6.2;

**6.2** - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

**a)** dados cadastrais;

**b)** assinatura do representante legal;

**c)** indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

**d)** indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos de habilitação;

**e)** indicação do Banco, do número da conta-corrente e da agência que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**f)** indicação do nome, nº de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato e/ou instrumento equivalente referido no item 10 deste edital;

**g)** endereço eletrônico.

**6.3** - O formulário de proposta disponível no Anexo II poderá ser impresso e preenchido de forma indelével pelo licitante.

**6.3.1** – A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

**6.4** – Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

**6.5** - A proposta deverá conter indicação expressa da marca e/ou modelo para todos os itens dos materiais que cotar, com estrita observância ao Termo de Referência (Anexo I).

**6.6** - Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo, registrada a correção em ata.

## **7 - DA HABILITAÇÃO**

**7.1** – Os documentos de habilitação indicados nos subitens 7.2 ao 7.6, inclusive os indicados no subitem 5.1.1.1, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ.

**7.1.1** - Os documentos a serem autenticados por servidor da EMERJ, a critério do licitante, poderão ser apresentados até o dia anterior ao da sessão (cópias/originais) no Serviço de Compras da EMERJ, doravante denominado SECOM, localizado na Rua Dom Manoel, 25 – 4º andar – sala 418 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

**7.1.2** - Caso o licitante não seja credenciado, deverá também apresentar os documentos do subitem 5.1.1.1 (registro do licitante/ato constitutivo), de acordo com os subitens 7.1 e 7.1.1.

**7.2** - Quanto à **regularidade fiscal**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

**a)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**b)** prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadadores:

**b.1)** A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Delegacia da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

**b.2)** A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

**b.3)** A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;

**c)** Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva, com efeito, negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS), podendo ser apresentada por meio da Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

**d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio do Certificado de Regularidade de Situação (CRS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

**7.3 - Quanto à regularidade trabalhista,** cada licitante deve apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas ou positiva com efeito negativo (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**7.3.1 -** O pregoeiro, na data do certame, na fase da habilitação, emitirá nova certidão que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11.

**7.4 - Quanto à qualificação econômico-financeira,** cada licitante deve apresentar certidão(ões) negativa(s) de falência e recuperação judicial – Lei Federal nº 11.101/05 (falências e concordatas) – expedida(s) pelo(s) Distribuidor(es) de sua sede.

**7.4.1 -** Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, informando que o Distribuidor é único ou, caso contrário, relacionando os Distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir as referidas certidões.

**7.4.2 -** Será aceita a empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93 (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

**7.5 - Quanto à regularidade social,** cada licitante deve apresentar declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos (anexo VI), **ou** as certidões de ilícitos e infrações trabalhistas do Ministério do Trabalho, demonstrando regularidade em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do art. 27, V, da Lei Federal nº 8.666/93.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**7.5.1** - A declaração do subitem 7.5 pode ser suprida presencialmente, desde que por quem ostente os pertinentes poderes societários.

**7.6** - Será admitida a participação de cooperativa que atenda às exigências dos subitens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 deste Edital, no que couber, e apresente, no mesmo envelope de habilitação, os seguintes documentos: (a) ata de fundação; (b) estatuto (com ata de assembléia de aprovação); (c) regimento interno (com ata de aprovação); (d) regimento dos fundos (com ata de aprovação); (e) Edital de convocação da assembléia geral e ata que informe os dirigentes e conselheiros eleitos; (f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais; (g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora; (h) relação dos cooperados que executarão o contrato, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**7.7** - Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

**7.8** - O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça (RC/TJ) e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas nos subitens 7 deste edital, exceto as do subitem 7.2, alínea "a" e, em caso de cooperativa, as do subitem 7.6, alíneas "g" e "h".

**7.8.1** – Documento que não se encontre no referido cadastro deverá ser apresentado pelo Licitante no respectivo envelope, excetuados os que possam ser emitidos na *internet*.

**7.9** - O pregoeiro poderá verificar, se necessário, a autenticidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

**7.10** - O pregoeiro poderá suprir ou sanar, via internet, eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação, mediante a inserção ou substituição de documentos. Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou por inacessibilidade aos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, o licitante será declarado inabilitado.

**7.10.1** - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias contados de sua expedição, exceto as CNDT, que devem ser extraídas pelo pregoeiro na sessão de julgamento do certame, durante a fase da habilitação.

**7.11** - Os documentos de habilitação contidos nos envelopes que forem abertos na Sessão, pelo Pregoeiro, ficarão retidos nos autos.

**7.12** - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los em até **5 (cinco) dias** após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

**7.13** - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar na qualidade de filial, todos os documentos deverão estar em nome desta filial, inadmitida a apresentação mista, exceto para os documentos que, comprovadamente, por sua natureza, somente sejam emitidos em nome da matriz.

## **8 - DO JULGAMENTO**



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**8.1** - Iniciada a sessão pública, aberto o envelope "A" e encerrado o procedimento de credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do envelope "B" – Proposta de Preços, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes, vedado o ingresso de qualquer novo licitante após a abertura do primeiro envelope-proposta.

**8.1.1** - Em nenhuma hipótese caberá desistência da proposta depois de aberto o respectivo envelope, tampouco retratação ou desistência de lances após o respectivo registro pelo pregoeiro.

**8.2** - Em seguida, o pregoeiro desclassificará desde logo as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. As propostas que forem aceitas serão ordenadas em sequência crescente, a começar pela de menor preço, seguida das propostas de valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, formando-se, assim, a classificação provisória para que seus autores participem dos lances verbais.

**8.3** - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro formará a classificação provisória com as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, para que seus autores participem dos lances verbais.

**8.4** - As propostas escritas classificadas são ordenadas em sequência crescente dos preços cotados, para definição da ordem de apresentação de lances verbais. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

**8.5** - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

**8.6** - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor, vedada a limitação de números de rodadas de lances.

**8.6.1** - O licitante poderá ofertar preço menor que o seu próprio, sempre diferente dos existentes, mesmo que maior que o menor preço ofertado naquele lance. Este novo lance apresentado será fixado para efeito de ordenação de proposta. Neste caso, o licitante fica impedido de ofertar novos lances, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate ficto previsto no subitem 8.13.

**8.7** - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, impede o licitante de oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

**8.8** - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

**8.9** - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor que consta no Termo de Referência (ANEXO I), desclassificando-se a proposta, cuja cotação o exceda, ou seja, manifestamente, inexequível.

**8.10** - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, que é a soma dos resultados da multiplicação do valor unitário pela quantidade solicitada em cada item dos lotes do termo de referência), observados os prazos máximos para o



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

**8.10.1** - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do **preço máximo total do lote**, na fase de lances verbais, cujo valor é o que consta no termo de referência (Anexo I), desclassificando-se, após o encerramento dos lances, as propostas, resultantes dos lances verbais, cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

**8.11** - Se a proposta de preço aparentar inexequibilidade (art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93), o pregoeiro assegurará ao respectivo proponente a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da proposta (Tribunal de Contas da União, Súmula 262).

**8.12** - Se na proposta vencedora o valor não for aceitável, ou se o preço cotado for considerado manifestamente inexequível, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

**8.13** - Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

**8.13.1** - No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.13, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro apresentará melhor oferta, salvo o disposto no subitem 8.13.4.

**8.13.2** - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

**8.13.3** - Não ocorrendo proposta inferior na forma do subitem 8.13.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**8.13.4** - Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.13, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

**8.13.5** - O disposto no subitem 8.13 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**8.14** - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE DE HABILITAÇÃO do licitante classificado em primeiro lugar;

**8.14.1** - Comprovado o atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital, o pregoeiro deverá declarar o(s) licitante(s) vencedor(es).

**8.14.2** - Caso o licitante classificado em primeiro lugar desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**8.14.3** - Caso todos os licitantes que participaram da fase de lances tenham desatendido às exigências da fase de habilitação, o pregoeiro retornará à fase de lances com os licitantes remanescentes, seguindo os procedimentos indicados no subitem 8.2 e seguintes do item 8.

**8.15** - Observado o subitem 7.2, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério do Pregoeiro, exceto em caso de urgência na contratação.

**8.15.1** - A não comprovação de regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.15, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

**8.16** - Nas hipóteses dos subitens 8.13.3, 8.14.2 e 8.14.3, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará aos participantes com registro em ata, ou conforme o caso, por e-mail, via fax, pelo site da EMERJ ou pelo Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ).

**8.17** - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante habilitado a melhoria de sua proposta, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

**8.18** - Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer; não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

## **9 - DO RECURSO**

**9.1** - Declarado o vencedor de cada item do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de procuração ou de carta de credenciamento com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.2** - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

**9.3** - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

## **10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, contado da convocação para a assinatura do respectivo termo, observada a norma do § 4º, do art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**10.1.1** - O adjudicatário prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis por igual período, a critério da EMERJ, contados da data da publicação do extrato do contrato.

**10.1.1.1** - A garantia de execução do contrato será cumprida, à escolha do adjudicatário, por meio de caução em dinheiro ou em título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**10.1.1.2** - Caso o Contratado opte por prestar garantia na forma de Seguro-garantia, a apólice deve garantir o pagamento das multas contratuais previstas na federal nº 8.666/93.

**10.1.1.3** - A garantia prestada em caução (em dinheiro), a ser restituída ao final do contrato, ao cabo de procedimento de autorização da liberação, será paga com seu valor corrigido monetariamente, com base no índice de correção aplicado ao contrato.

**10.2** - Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os números da sua conta-corrente e agência no Banco Bradesco S.A., que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial, este deverá informar ao Serviço de Compras da EMERJ, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por fax (021) 3133-2310/ 3133-1891 ou e-mail (emerj.secom@tjrj.jus.br), a contar da adjudicação do objeto pelo pregoeiro, em conformidade com o Decreto Estadual nº 43.181/2011.

**10.2.1** - O adjudicatário receberá do SECOM, após publicação da homologação da licitação no DJERJ, cópia da NAD e/ou EMPENHO, via e-mail, devendo confirmar, da mesma forma e de imediato, o seu recebimento, apondo no respectivo documento assinatura e carimbo do CNPJ.

**10.3** - O fato de o adjudicatário convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito nos subitens 10.1.1 e 10.2, importará em não celebrar o contrato e, independentemente de sua sujeição às sanções do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

**10.4** - O prazo de vigência da contratação é de 16 (dezesesseis) meses e 15 (quinze) dias, contado da publicação do extrato do termo de contrato, compreendendo o prazo da entrega de até 45 (quarenta e cinco) dias, o do recebimento provisório e definitivo de até 90 (noventa) dias e o da garantia de qualidade de 12 (doze) meses.

**10.5** - A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

**10.6** - A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.7** - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**10.8** - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## **11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:**



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**11.1** – Os equipamentos deverão ser entregues, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação do extrato do termo de contrato, no Serviço de Almoxarifado da EMERJ, localizado na Rua Dom Manuel nº 25, 1º andar, sala 109, Centro, Rio de Janeiro-RJ, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.1** – Os equipamentos deverão ser entregues acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir-lhes a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**11.2** - O contratado deverá avisar, obrigatoriamente, sobre a data de entrega do material com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelos telefone (s) (21) 3133-3401 ou 31331864.

**11.2.1** - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado pelo Serviço de Almoxarifado da EMERJ, consoante agendamento pelo telefone indicado no subitem 11.2.

**11.3** - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao Serviço de Almoxarifado da EMERJ, no qual o Contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização do instrumento contratual.

**11.4** - O material será objeto de recebimento provisório no ato da entrega, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.5** - O material será objeto de recebimento definitivo em até **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.6** - Além do que consta no termo de referência (Anexo I), a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam, conforme consta no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.7** - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.4 não importará sua aceitação.

**11.7.1** - O contratado deverá obedecer a todas condições determinadas no termo de referência.

**11.8** - O Contratado garantirá a qualidade de cada item pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo do objeto da licitação.

## **12 - DAS SANÇÕES**

**12.1** - O adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, que não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e bem como às demais cominações legais.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**12.2** - Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a)** advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b)** multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei Estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3.149/80, art. 87);
- b.1)** multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

**12.2.1** - O fato de o adjudicatário, convocado para assinar o termo contratual, não o assinar, ou não o assinar no prazo determinado pela Administração, caracterizará falta contratual (art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93), sujeitando-o à aplicação de penalidade de advertência e/ou multa de até 10% sobre o valor do contrato, observado o devido processo legal.

**12.3** - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

**12.4** - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

**12.5** - O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada, e se for superior ao valor desta, além de sua perda, responderá o Contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

**12.6** - Nos casos em que o valor da multa vier a ser descontado da garantia prestada, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e o não atendimento caracterizará falta contratual sujeita às penalidades previstas no contrato.

### **13 - DO PAGAMENTO**

**13.1** - O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, no sistema de impressão eletrônica, será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega das Notas/faturas, mediante crédito em conta-corrente no Banco Bradesco S/A informada pelo contratado (conforme o disposto no subitem 6.2 "e"). A(s) fatura(s)/nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser atestada(s) pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

**13.1.1** O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**13.1.2** - Nos casos de contratado estabelecido em localidade que não possua agências do BRADESCO, ou que não possa manter conta nesse banco por fato alheio à sua vontade, desde que devidamente comprovado no prazo no subitem 10.2, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira e, na impossibilidade, boleto bancário, DOC – Documento de Crédito, TED – Transmissão Eletrônica Disponível e/ou emissão de cheques, sempre utilizando-se da conta corrente do TRIBUNAL no BRADESCO.

**13.1.3** - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, as certidões de regularidade do INSS e do FGTS, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**13.2** - Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

**13.3** - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

**13.4** - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1 deste edital.

**13.5** - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado o respectivo desconto aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

## **14 - DAS INFORMAÇÕES**

**14.1** - O SECOM prestará as informações solicitadas pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Rua Dom Manuel, 25 - 4º andar, sala 418 - Centro – Rio de Janeiro – RJ, pelos telefaxes (21) 3133-2310 e (21) 3133-1891 ou pelo e-mail [emerj.secom@tjrj.jus.br](mailto:emerj.secom@tjrj.jus.br).

**14.2** - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico **[www.emerj.tjrj.jus.br](http://www.emerj.tjrj.jus.br)** ('link Licitações').

## **15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** - A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

**15.1.1** - Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do art. 9º da Lei 10.520/02.

**15.2** - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública em geral; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade Federal, Estadual ou Municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SERVIÇO DE COMPRAS**

judicial e extrajudicial, ressalvado o disposto no item 7 – Da Habilitação (art. 52, II da Lei nº 11.101/05), (d) cujos sócios majoritários estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.3** - No caso de suspensão de sessão, o Pregoeiro poderá divulgar a data de prosseguimento na própria sessão, no site da EMERJ - [www.emerj.tjrj.jus.br](http://www.emerj.tjrj.jus.br) (link "Licitações"), no DJERJ ou por e-mail.

**15.4** - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento de natureza técnica, referentes a este edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, apresentados por escrito em papel timbrado, devidamente assinados e protocolados no SECOM, na Rua Dom Manuel, 25, 4º andar, sala 418 - Centro - Rio de Janeiro – RJ, até às 18h do segundo dia útil anterior à data indicada no subitem 1.1 deste edital e serão respondidos a todos os interessados, via-e-mail, via fax, no site da EMERJ ou na sessão inaugural.

**15.4.1** - Será aceito, para o efeito de atendimento a esse prazo, o envio de *e-mail*, para o endereço [emerj.secom@tjrj.jus.br](mailto:emerj.secom@tjrj.jus.br), desde que assinado pelo interessado, razão pela qual deve ser encaminhado por anexo e em PDF.

**15.4.2** - O documento original da impugnação deve ser entregue, conforme indicado no subitem 15.4, até a data de julgamento do certame.

**15.5** – Toda documentação relativa a este certame deverá observar as seguintes condições: a) estar em língua portuguesa ou com tradução juramentada; b) ser apresentada no respectivo original, ou cópia autenticada. Serão admitidas fotocópias, sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro para conferência. c) estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar na qualidade de filial, todos os documentos deverão estar em nome desta filial, inadmitida a apresentação mista, exceto para os documentos que, comprovadamente, por sua natureza, somente sejam emitidos em nome da matriz, ou caso haja previsão expressa em contrário.

**15.6** - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

**15.7** - Comunicações referentes a este certame serão publicadas, conforme o caso, no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2017.

Andréa Andrade de Souza e Silva  
Diretora do Departamento de Administração  
Matr.: 01/22237

Aprovo o Edital.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2017.

Erick Roberto Huguenin da Silva Gomes  
Pregoeiro  
Matr.: 01/26213